

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

**FLÁVIA SOUSA DE SENA**

**LEITURA E LETRAMENTO:  
diversificando o trabalho nos diferentes níveis de ensino**

**JOÃO PESSOA  
2015**

**FLÁVIA SOUSA DE SENA**

**LEITURA E LETRAMENTO:  
diversificando o trabalho nos diferentes níveis de ensino**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira de Araújo.

AGOSTO

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S474I Sena, Flávia Sousa de

Leitura e Letramento [manuscrito] : diversificando o trabalho nos diferentes níveis de ensino / Flávia Sousa de Sena. - 2015. 40 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em PRIMEIRA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO PARFOR EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2015.

"Orientação: Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira de Araújo. PROEAD".

1. Leitura. 2. Letramento. 3. Construção. 4. Saber. 5. Conscientização. I. Título.

21. ed. CDD 372.4

**FLÁVIA SOUSA DE SENA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado a Universidade Estadual  
da Paraíba como requisito parcial para  
obtenção do título de Licenciatura Plena  
em Pedagogia.

Data da avaliação: 31/07/15

Nota \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**



Orientadora

Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira de Araújo



Membro da Banca Examinadora

Professor Dr. Luis Herminio do Nascimento



Membro da Banca Examinadora

Professora Dra. Maria Lindaci Gomes de Souza

Este trabalho é especialmente dedicado a Deus, em primeiro lugar, aos amigos (as), familiares, professores (as) e a todos aqueles (as) que cruzaram a minha vida, participando de alguma forma na construção e realização deste tão desejado sonho.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que foi lâmpada para os meus pés durante toda a caminhada, pois sem a fé que tenho Nele, nada sou.

Agradeço também a todos os professores deste curso, que tão carinhosamente me orientaram e incentivaram até aqui, especialmente à professora Dra. Maria de Fátima Ferreira de Araújo, pela paciência e dedicação na orientação deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Agradeço afetosamente aos meus familiares: mãe, esposo, irmãos e filhos, que me acompanharam bem de perto nesta jornada.

E, finalmente, mas não menos importante, os meus agradecimentos mais que especiais aos meus amigos, àqueles de longe e aqueles de bem perto, que me deram apoio para que chegasse até aqui, acompanhando ocularmente os meus esforços e limitações, impulsionando-me a seguir de cabeça erguida, até ao alcance da excelência das minhas metas e objetivos.

"Para aprender a ler e a escrever é preciso apropriar-se desse conhecimento, através da reconstrução do modo como ele é produzido. Isto é, é preciso reinventar a escrita. Os caminhos dessa reconstrução são os mesmos para todas as crianças, de qualquer classe social."

(Emília Ferreiro)

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Leitura e Letramento: Diversificando o Trabalho nos Diferentes Níveis de Ensino”, tem como objetivo principal destacar as várias formas de trabalhar a leitura como fonte de letramento nas várias etapas do ensino fundamental, de forma prazerosa e significativa para o aluno. É oriundo da necessidade de se articular a teoria à prática docente, primando por uma práxis consciente no fazer pedagógico cotidiano. Através do estágio supervisionado I, II e III, ocorreram as trocas de experiências com sujeitos originários da comunidade escolar, as observações acerca das relações estabelecidas no chão da escola, a busca investigativa do tema em foco e a nossa atuação em sala de aula. A metodologia de trabalho aconteceu em dois momentos distintos: no primeiro momento, foi realizada a observação do espaço, a diagnose do objeto de estudo, a revisão bibliográfica e a sistematização do trabalho de intervenção. No segundo momento, foram desenvolvidos projetos de intervenção onde ocorreu a apresentação da proposta de trabalho e o desenvolvimento de atividades didáticas condizentes com o grau de complexidade de cada turma, bem como, com a realidade social de cada grupo de alunos em atendimento. Pode-se considerar a leitura como um elemento de extrema relevância no processo de letramento, conscientização e construção de personalidades cidadãos atuantes no cenário social e político. Destaca-se ainda que, para a obtenção de êxito no referido processo é necessário a utilização de métodos diversificados que estimulem a construção do saber coletivo e individual, tornando o aluno parte principal na edificação da sua própria aprendizagem.

Palavras-chave: Leitura. Letramento. Construção. Saber. Conscientização.

## **ABSTRACT**

This present research entitled "Reading and Literacy: Diversifying the Working in Different Teaching Levels", aims to highlight the various forms of work reading as a source of literacy at various stages of elementary school, in a pleasant way and meaningful to the student. It comes from the need to articulate the theory and teaching practice, seeking for a conscious practice in teaching daily life. Through supervised internship I, II and III, there were share of experience with individuals from the school community, observations of the relations established in the school, the investigation of the subject in focus and our performance in the classroom. The research was divided in two moments: at first, we had the observation of space, the diagnosis of the subject matter, the literature review and systematization of the intervention plan. In the second moment, the intervention projects have been developed where there was the presentation of the proposed plan and the development of educational activities based on the complexity degree of each class, as well as with the social reality of each group of students in attendance. Reading is an extremely important element in the literacy process, in raising awareness and in building active citizens in the social and political scene. It is noteworthy that to achieve success in this case it is necessary the use of diverse methods that encourage the construction of collective knowledge and attendance of individual needs, making the students active parts in the building of their own learning.

Key-words: Reading. Literacy. Knowledge. Awareness.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>ASSOCIANDO TEORIA E PRÁTICA EM UMA BREVE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>11</b>
<b>3</b>	<b>O PAPEL DA ESCOLA E DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PROMOÇÃO DA LEITURA E DO LETRAMENTO .....</b>	<b>13</b>
<b>4</b>	<b>A EDUCAÇÃO INFANTIL E OS PRIMEIROS CONTATOS DA CRIANÇA COM O MUNDO LETRADO .....</b>	<b>17</b>
4.1	PROPOSTA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO INFANTIL .....	18
4.2	O FAZER PEDAGÓGICO NOS COTIDIANOS DA SALA DE AULA NA PRIMEIRA INFÂNCIA .....	19
4.3	OS PROCESSOS AVALIATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	20
<b>5</b>	<b>DESENVOLVENDO AS HABILIDADES LEITORAS NO ENSINO FUNDAMENTAL .....</b>	<b>22</b>
5.1	A LEITURA NO COTIDIANO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	23
5.2	A AVALIAÇÃO A SERVIÇO DA AÇÃO PEDAGÓGICA NA PRIMEIRA FASE DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	24
<b>6</b>	<b>A LEITURA NOS CICLOS DE EJA - QUANDO OS DIREITOS SÃO NEGADOS NA IDADE PRÓPRIA .....</b>	<b>25</b>
6.1	O FAZER PEDAGÓGICO NOS COTIDIANOS DAS SALAS DE AULA DE EJA .....	26
6.2	A PRÁTICA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO DOS JOVENS E ADULTOS..	27
6.3	A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....	28
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>31</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>34</b>
	<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>37</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto da experiência docente, da investigação do tema, observações e atuação pedagógica realizada durante as vivências intimamente vinculadas aos estágios supervisionados I, II e III, solicitados pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), durante o desenvolvimento do curso de Pedagogia, do Programa de Formação de Professores (PARFOR), realizados nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental Jaime Lacet, Governador Flávio Ribeiro e Frutuoso Barbosa.

Aqui destacamos a importância do estágio supervisionado para a formação do profissional docente e para o aperfeiçoamento de sua práxis, evidenciando, ainda, a riqueza do desenvolvimento de tal atividade, nos diferentes níveis de ensino, para o embasamento prático e teórico do presente trabalho, enquanto elemento essencial nos processos de ensino-aprendizagem.

Torna-se importante salientar que todo o processo de estudo e observações ocorreram em escolas públicas, por considerá-las um espaço rico em relações humanas, diversidade de opiniões e uma fonte inesgotável de aspectos favoráveis e desfavoráveis ao tema escolhido, que visa possibilitar, assim, uma infinidade de recursos que enriqueceram o processo de estágio, da escolha e da análise do estudo apresentado.

O tema escolhido como objeto de estudo deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foca a leitura, o letramento e suas particularidades nos diferentes níveis de ensino e aprendizagem, por onde o Estágio Supervisionado nos permitiu o desenvolvimento de projetos de promoção da leitura, objetivando a disseminação de saberes e ampliando a prática didática voltada à construção do conhecimento individual e coletivo, em que o aluno atue enquanto protagonista de tais ações e se torne sujeito ativo nos processos de aquisição dos saberes.

Desta forma, o ato de ler se torna algo extremamente necessário, uma vez que amplia os saberes do indivíduo, tornando-o reflexivo, participativo e apto a intervir socialmente. Portanto, nessa óptica, a leitura é um instrumento extremamente necessário na construção de personalidades críticas e ativas socialmente.

Por isso, o presente estudo favorece a reflexão acerca da importância da leitura para a formação integral do indivíduo e a análise dos vários métodos de

ensino, que possibilitam o despertar das habilidades leitoras no aluno de forma prazerosa, considerando que a leitura se configura como um fio condutor da aprendizagem nos diferentes níveis de ensino, bem como, nas suas várias áreas de estudos, desde a Educação Infantil, estendendo-se por toda a trajetória de vida do aluno.

Este trabalho perpassará desde a gestão e suas formas de garantir o cumprimento de um trabalho de qualidade nos aspectos voltados ao ensino e à aprendizagem na escola. Versará sobre a importância das brincadeiras na Educação Infantil, para introdução do gosto pela leitura, a partir da primeira infância das nossas crianças. Passará pelas séries iniciais do Ensino Fundamental, onde a aquisição da leitura se torna primordial. Analisará a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e as peculiaridades da aquisição de hábitos leitores por aqueles que tiveram os seus direitos negados na idade escolar própria. Realiza durante todo o texto o relato da experiência das atividades vivenciadas nos estágios supervisionados, em busca da promoção da leitura e do letramento em cada modalidade de ensino, ao passo que embasa o trabalho teórico e busca métodos de ensino condizentes com a realidade de cada grupo de alunos atendidos e suas necessidades específicas, e visa favorecer sempre a reflexão e o diálogo necessários em todo o processo de ensino e aprendizagem da vida estudantil.

Apresenta, ainda, práticas de leitura que associam na Educação Infantil as rodinhas de conversa, as cantigas de roda e os momentos de interlocução entre o falar e o ouvir. No Ensino Fundamental a metodologia transcorre pelo cantinho da leitura, momentos de socialização de leituras realizadas, atividades de escrita individuais e coletivas. E na Educação de Jovens e Adultos (EJA) são realizados os debates, a leitura individual, compartilhada e momento de escrita da atividade oral, que busca envolver a leitura na vida social e no mundo do trabalho do aluno.

## 2 ASSOCIANDO TEORIA E PRÁTICA EM UMA BREVE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Consideramos que vivemos em uma era de informação e de conhecimento tecnológico, cuja base é a nossa LDB (Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996) onde está assegurado que “o desenvolvimento da capacidade de aprender tem como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”; e a nossa Constituição de 1988 (BRASIL, 1988a, art. 205), segundo a qual:

A educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Na promoção da efetivação dos direitos já garantidos aos cidadãos, a escola como instituição social tem o importante papel de sistematizar a aprendizagem formal, que colabora para o desenvolvimento pleno do indivíduo de forma igualitária e justa. Pensando assim, elencamos os saberes necessários à aquisição dos conhecimentos individuais e formais, rumo à formação de cidadãos críticos e capazes de atuar de forma significativa nas diferentes esferas sociais, e o presente estudo destaca a leitura, enquanto ponto central desse processo. Pois, segundo Bamberger (2004, p. 11):

A leitura favorece a remoção das barreiras educacionais de que tanto se fala, concedendo oportunidades mais justas de educação principalmente através da promoção do desenvolvimento da linguagem e do exercício intelectual, e aumenta a possibilidade de normalização da situação pessoal de um indivíduo.

Diante do exposto, faz-se necessário tomar como base o fato de que a leitura ocupa um espaço extremamente importante na vida individual, social e cultural do ser humano e que diariamente se torna possível perceber as dificuldades existentes nos processos de alfabetização e letramento do indivíduo.

De acordo com Ferreiro e Palácio (1987, p. 21) “... aprender a ler começa com o desenvolvimento do sentido das funções da linguagem escrita. Ler é buscar significado, e o leitor deve ter um propósito para buscar significado no texto”. A leitura e a escrita são práticas sociais que se encontram intimamente vinculadas ao

processo de letramento e é interessante que tais habilidades se desenvolvam simultaneamente. Segundo Vygotsky (1994, p. 103), “é por meio de outros, por intermédio do adulto que a criança se envolve em suas atividades”, o que reforça os aspectos do presente estudo ao afirmar que tendo a escola como mediadora das práticas supracitadas, a criança terá bases sólidas no processo de aquisição das suas habilidades leitoras.

Antunes (2002) relata que Jean Piaget, em sua teoria sobre o desenvolvimento cognitivo, afirma que na primeira infância a aprendizagem acontece de maneira gradativa, em estágios de desenvolvimento, paralelamente com o desenvolvimento da linguagem oral. Segundo Sandroni e Machado (1991, p. 12) “a criança percebe desde muito cedo, que o livro é uma coisa boa, que dá prazer”; por isso a necessidade de se incentivar a leitura desde cedo com atividades que valorizem os livros, que chamem a atenção e o interesse da criança através de ilustrações, rimas, cenas individualizadas e das técnicas de pré-leitura, com contagem de histórias, dramatizações, rodinhas de conversas e de leitura compreensiva através de desenhos dirigidos, textos coletivos e outros. Assim, será facilitada a associação entre o que é lido e o pensamento a que o texto remete.

Então, sabendo que a escola pública é uma fonte inesgotável de conhecimento e diversidade, e diante da análise das dificuldades de aprendizagem presentes no desenvolvimento escolar dos alunos que frequentam a rede pública de ensino em nosso país, tornou-se extremamente necessário ao educador buscar técnicas e meios que proporcionem ao seu educando a construção de uma aprendizagem significativa, que visa garantir o seu pleno desenvolvimento à vida adulta. Salienta-se, ainda, que, quando tais direitos são negados na idade escolar condizente com a idade cronológica certa<sup>1</sup>, a escola deve aderir às políticas públicas reparadoras, e tem o dever de assegurar tais direitos a um determinado público, na Educação de Jovens e Adultos.

Portanto, a escola deve sistematizar as suas ações nos vários campos, traçando seu plano de ação, ao determinar as suas metas e articular o trabalho nas diferentes esferas de ensino, visando à garantia de um trabalho de qualidade.

---

<sup>1</sup> Considerações presentes no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa que é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade (ALBUQUERQUE; CRUZ, 2012). Tal direito também é assegurado na nossa Constituição Federal, em seu artigo 208, parágrafo VI.

### 3 O PAPEL DA ESCOLA E DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PROMOÇÃO DA LEITURA E DO LETRAMENTO

Sabendo-se que, ao longo da história, a escola não se configurava foco de investimentos por parte do poder público, embora sempre tenha representado um espaço intimamente vinculado à aquisição de conhecimentos, considera-se que sempre existiu uma estreita ligação entre a instituição escolar, relações sociais e exercício da cidadania, onde as interações entre ensino e aprendizagem, professor e aluno, exercem papel de destaque. Acerca desses embates, Libâneo (1986, p. 19) nos diz:

A prática escolar consiste na concretização das condições que asseguram a realização do trabalho docente. Tais condições não se reduzem ao estritamente 'pedagógico', já que a escola cumpre funções que lhe são dadas pela sociedade concreta que, por sua vez, apresenta-se constituída por classes sociais com interesses antagônicos. A prática escolar, assim, tem atrás de si condicionantes sociopolíticos que configuram diferentes concepções de homem e de sociedade e, conseqüentemente diferentes pressupostos sobre o papel da escola, aprendizagem, professor-aluno, técnicas pedagógicas, etc.

Podemos citar vários documentos que versaram sobre e qualidade, a eficiência e equidade da educação, mas foi a Constituição Federal outorgada em 1988 que trouxe em seu artigo 206 os princípios norteadores da educação de forma precisa, ampliando o papel da escola e fornecendo uma forte base legal ao trabalho educacional em todo o território nacional:

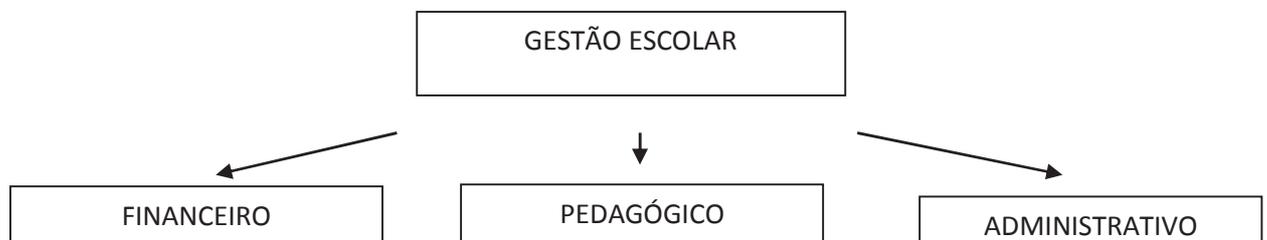
- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

No alicerce de tais princípios, o papel da escola também sofreu alterações ante à sociedade, ao ampliar suas responsabilidades e adquirir relativamente autonomia gestora e financeira. Sobre isso, citamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 2013, art. 12), que explicita as incumbências das instituições educacionais, que são:

- I. elaborar e executar a sua proposta pedagógica;
- II. administrar o seu pessoal e os seus recursos financeiros;
- III. assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV. velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V. prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI. articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; etc.

Diante de tais orientações, é necessário que os profissionais da educação e a sociedade reconheçam a escola com um olhar renovado, tomando novo fôlego frente à atual situação histórica, política, social e educacional. Nesse contexto, inevitavelmente o perfil do profissional considerado apto a gerir a escola sofre modificações. É preciso desde já adotar o olhar “otimista crítico” de acordo com Cortella (2000, p. 136), onde a escola é “percebida como instituição social contraditória que comporta, ao mesmo tempo, a conservação e a inovação, podendo servir para reproduzir injustiças mas, concomitantemente (...) funcionar como instrumento de mudanças”.

O gestor, diante das novas demandas, terá que articular o trabalho em âmbito financeiro, pedagógico e administrativo no ambiente escolar. Com isso o papel da gestão escolar deve considerar o seguinte gráfico:



Desse modo, o gestor se configura como ator principal nas articulações das ações no ambiente escolar, porém, é válido esclarecer que a Gestão Democrática

vem descentralizar o trabalho de modo a garantir as relações sociais no seio da instituição, que prima em favorecer as instâncias colegiadas, no que se diz respeito aos pressupostos que norteiam os Conselhos, Associações de Pais e Mestres, elaboração e discussão do Projeto Político e Pedagógico da escola. Entende-se que o trabalho educacional desenvolvido, nessa perspectiva, garante a participação coletiva e o crescimento individual de cada membro pertencente à comunidade escolar, além de acontecer de acordo com o Plano Decenal de Educação, aprovado como lei em 2001, sob o nº 10.172 (BRASIL, 2001, p. 34) a qual estabelece que a:

Democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local, em conselhos escolares e ou equivalentes.

Buscando seguir as orientações estabelecidas pela legislação brasileira no campo da educação, o gestor e a comunidade escolar, frente às orientações do trabalho pedagógico, devem buscar garantir a eficiência do serviço público, nos três níveis de ensino, nos campos da Educação Infantil, ensino fundamental e médio, observando, ainda, os fatores associados à Educação de Jovens e Adultos, nos aspectos de ensino e aprendizagem, no que se refere ao apoio pedagógico ao trabalho do professor, seja de cunho teórico ou material.

Assim, como princípio norteador do presente estudo, elenco a escola e a gestão, enquanto componentes essenciais na aquisição da educação formal, por promover atividades que favoreçam a leitura e o letramento, que constituem elementos primordiais para a garantia da efetivação do exercício da cidadania, por parte do educando, já que vivemos em uma sociedade letrada.

Mesmo sabendo que a educação é promovida concomitantemente pela sociedade e pela família, a criança que faz parte diariamente de um ambiente letrado, ainda que seja apenas na escola e que participa de atividades de socialização, reflexões e debates, terá maiores chances de desenvolver suas habilidades leitoras de uma forma mais significativa e consistente. Nesse caso, o papel da escola é promover esse espaço letrado e o papel do educador é desenvolver atividades que instiguem o gosto e o interesse do aluno pela leitura e pela escrita, ao primar pela eficiência do serviço e buscar a excelência no cumprimento de suas atividades.

Nas observações realizadas durante o desenvolvimento do estágio supervisionado em Gestão, pudemos verificar várias ações que contemplam os aspectos supracitados. Constatamos no exercício da práxis toda a teoria relatada. A presença marcante da gestão em todas as atividades desenvolvidas na escola e o bom relacionamento interpessoal da equipe pedagógica fortaleceram os aspectos da participação e da coletividade, frente à construção e execução de projetos que primaram pelo desenvolvimento intelectual dos educandos. Fato esse que deu reflexo direto no desenvolvimento de atividades realizadas pelo sistema de ensino municipal e nos projetos federais.

As instâncias colegiadas e a presença da comunidade escolar nas atividades didáticas também ocuparam um lugar de destaque para o sucesso do processo educativo, pelo papel de assegurar a eficiência na utilização dos recursos financeiros, visando primeiramente apoiar o fazer pedagógico na unidade de ensino.

Portanto, a promoção das interações sociais no chão da escola representa um fator relevante para garantir a eficácia dos processos de aprendizagem na formação da personalidade leitora da nossa sociedade. Dessa forma, a figura da gestão democrática se torna extremamente importante para a distribuição e realização de um trabalho consciente e articulado, rumo ao apoio (material e moral) e à promoção de ações que incentivem a leitura e o letramento na idade certa, desenvolvendo, ainda, atividades que verifiquem as dificuldades de aprendizagens enfrentadas por professores e alunos em todo o caminho percorrido até a excelência do trabalho desenvolvido na escola.

## **4 A EDUCAÇÃO INFANTIL E OS PRIMEIROS CONTATOS DA CRIANÇA COM O MUNDO LETRADO**

A história da infância e, conseqüentemente, da Educação Infantil passou por várias etapas desde a pré-história até o surgimento das instituições de pré-escolares. A sua consolidação ocorreu no Brasil pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que foi aprovada em 20 de dezembro de 1996. Assim, afirma Kuhlmann Junior (1998, p. 10):

Com o advento da Revolução Industrial, e a definição de várias teorias que se preocupavam em desvendar o desenvolvimento do ser humano, acreditava-se que seria oportuno haver um local especializado, com o intuito de proporcionar o desenvolvimento pleno e sadio do indivíduo. Outro passo importante para a educação infantil, no Brasil, foi dado com a nova LDB, aprovada em 20 de dezembro de 1996.

Outro documento de extrema importância são os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 69), que esclarecem os critérios de organização estrutural para atender ao público infantil:

O espaço na instituição de educação infantil deve propiciar condições para que as crianças possam usufruí-lo em benefício do seu desenvolvimento e aprendizagem. Para tanto, é preciso que o espaço seja versátil e permeável à sua ação, sujeito às modificações propostas pelas crianças e pelos professores em função das ações desenvolvidas.

Dessa forma, na Educação Infantil a criança necessita de um espaço que proporcione as primeiras etapas da sistematização dos conhecimentos adquiridos no seio da família e no meio social de onde é oriunda, bem como o aprimoramento das habilidades motoras e sensoriais necessárias ao seu pronto amadurecimento.

É importante ressaltar que os primeiros contatos da criança com o mundo da leitura e da escrita deverão acontecer através das brincadeiras, cantigas, desenhos, rodinhas de conversa e demais atividades que promovam a vivência dos conteúdos propostos e garantam um desenvolvimento de qualidade para o público atendido nessa etapa da aprendizagem.

#### 4.1 UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO INFANTIL

Sabendo que brincar é uma prática inerente à criança e que através desse ato ela se desenvolve, explora o mundo em que vive e estabelece papéis sociais presentes no seu cotidiano, destacamos os estudos de Tizuko Morchida Kishimoto (2010, p. 1), que nos afirma que “todo o período da educação infantil é importante para a introdução das brincadeiras, pela diversidade de formas de conceber o brincar”.

Os nossos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 22) também nos alertam para a importância do ato de brincar nessa etapa do desenvolvimento infantil, que está intimamente agregado ao desenvolvimento motor e psicológico da criança, quando destacam que:

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais.

Desta forma, destacamos a necessidade da Instituição de Ensino, de atender ao público em questão, desde que munida de um plano de ação, garanta o direito da criança ao brincar para que esta, por sua vez, não seja privada de se desenvolver de forma adequada e significativa (BRASIL, 1998, p. 63).

A construção da identidade e a conquista da autonomia pelas crianças são processos que demandam tempo e respeito às suas características individuais. Nessa medida, algumas atividades propostas de forma sequenciada podem ajudá-las nesse processo.

Ressaltamos a necessidade da existência de um plano de trabalho articulado e condizente com a realidade de cada público em atendimento, pois é necessário que o fazer pedagógico se apoie teoricamente nos pressupostos já determinados no contexto de ensino e aprendizagem, no qual se encontram inseridos professor, alunos e toda a comunidade escolar, de modo a embasar a prática docente, tornando-a um ato consciente e eficaz.

Nesse contexto, a leitura precisa estar presente na atividade permanente em sala de aula da Educação Infantil, com cantinhos de leitura, atividade de musicalização, brincadeiras com cantigas e rimas. A análise de histórias em sequência, contação de histórias, confecção de cartazes e outras atividades que desenvolvam a oralidade e a compreensão de textos em ações coletivas e individuais, devem ser trabalhadas ludicamente.

#### 4.2 O FAZER PEDAGÓGICO NOS COTIDIANOS DA SALA DE AULA NA PRIMEIRA INFÂNCIA

De acordo com os RCNEIs (BRASIL, 1998, p. 67), “o coletivo de profissionais da instituição de Educação Infantil, entendido como organismo vivo e dinâmico, é responsável pela construção do projeto educacional e do clima institucional”. Assim, o fazer pedagógico é um elemento de extrema importância nas vivências em salas de aula. Porém, perpassa por vários outros fatores que irão influenciar diretamente na postura adotada pelo educador em sala de aula, já que, ainda, segundo os RCNEIs (BRASIL, 1998, p. 67), “o coletivo, segundo as características apontadas acima, não pode prescindir da formação continuada que deve fazer parte da rotina institucional e não pode ocorrer de forma esporádica”.

Torna-se preciso que, agregado a todos os aspectos apontados, haja o perfil profissional que encaixe na modalidade de ensino, pois é necessário que o profissional da Educação Infantil goste do que faz, tendo em vista que somente assim o fazer pedagógico fluirá espontaneamente.

Todos os pontos aqui elencados constituem fatores que influenciam diretamente no cotidiano das nossas salas de aula e no fazer pedagógico dos nossos profissionais da Educação Infantil.

Torna-se interessante destacar que o cotidiano das salas de aula precisa proporcionar atividades diversificadas e alternadas às atividades permanentes. O educador permite aos seus educandos a participação em aulas com diferentes objetivos e intencionalidades. Portanto, é necessário que tais vivências aconteçam em sala de aula, para que educador e educandos possam socializar saberes de forma significativa e constante.

Convém lembrar que, no decorrer do planejamento das atividades desenvolvidas em sala de aula de Educação Infantil, é necessário agregar o ato do

brincar, já que segundo Tizuko Morchida Kishimoto (2010) é um ato permanente e extremamente necessário que ocorra entre as crianças e a professora interativamente, pois isso facilita o conhecimento do mundo aos nossos educandos na primeira etapa da infância. Pois, a criança nessa etapa do seu desenvolvimento aprende através da vivência e da prática das habilidades necessárias ao seu desenvolvimento pleno.

Os processos de planejamento e sequência de atividades na Educação Infantil são procedimentos necessários para criar um ambiente de desenvolvimento e socialização entre os alunos. Pois, somente dessa forma o educador estará pautado em métodos, leis e requisitos que garantam ao seu aluno uma aprendizagem significativa e coerente com a sua fase de desenvolvimento.

Ao desenvolver atividades que primem pelo brincar em sala de aula, pode-se observar como as crianças se envolveram e socializaram de forma satisfatória, permitindo assim a vivência dos conteúdos de maneira concreta, desenvolvendo paralelamente a linguagem, a percepção, a coordenação motora e demais habilidades necessárias ao seu desenvolvimento, garantindo o seu direito ao brinquedo e à brincadeira, que vem sendo esquecido durante as aulas da nossa Educação Infantil.

#### 4.3 OS PROCESSOS AVALIATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os processos de avaliação na Educação Infantil precisam ser contínuos e devem se realizar através da observação e dos registros diários, onde o professor anotará o desenvolvimento individual dos seus alunos (BRASIL, 1998, p. 59).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sancionada em dezembro de 1996, estabelece, na Seção II, referente à educação infantil, artigo 31 que: “a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Destacamos a necessidade do acompanhamento pedagógico e apoio didático por parte da equipe técnica da escola, no sentido de orientar o professor a realizar o registro do desenvolvimento das crianças de forma precisa e coerente, tornando possível diagnosticar as habilidades adquiridas pelas crianças e principalmente as habilidades que ainda precisam adquirir.

Desta forma, o avaliar na Educação Infantil servirá como instrumento norteador que fornecerá o diagnóstico e viabilizará o refletir rumo às novas ações que garantam a busca de soluções, frente ao diagnóstico encontrado. De toda forma, é válido salientar que, seja qual for a ação adotada, a prática da leitura na Educação Infantil sempre deverá ser incentivada através da vivência dos conteúdos de aprendizagem, para garantir a prática dos direitos que a criança, nessa etapa da aquisição da aprendizagem, possui teoricamente e diante das leis que regem a modalidade de ensino, onde ela se encontra inserida.

## 5 DESENVOLVENDO AS HABILIDADES LEITORAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Ao ingressar no Ensino Fundamental o aluno entra na fase do desenvolvimento formal de suas habilidades leitoras, pois já se encontra com os seus processos cognitivos e com suas capacidades psicomotoras prontamente amadurecidas para aquisição da leitura e da escrita.

Tomando como referência os estudos de Jean Piaget, que colaborou significativamente com a educação, em sua teoria psicogenética do desenvolvimento infantil trata que a criança de 6 anos ao ingressar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, encontra-se no estágio dos pensamentos operatórios concretos, que precisa partir do concreto para o abstrato. Necessita realizar várias experimentações até conseguir construir as abstrações e formulações de hipóteses, chegando posteriormente a assimilar o conhecimento de maneira significativa e eficiente.

Este trabalho prossegue pelas contribuições de Vygotsky (1994) discípulo de Piaget, que diz que a criança aprende através das suas inteirações com o meio em que vive; e com os estudos de Emília Ferreiro, com sua teoria da psicogênese da escrita, que trouxe significativas e importantes colaborações ao cenário educacional, uma vez que visa levar o educador a refletir sobre os métodos e discussões acerca da prática da construção das hipóteses de escrita, para a consolidação da alfabetização. Como afirma Ferreiro (1996, p. 14):

Não podemos esperar que as crianças saibam fazer aquilo que estão apenas aprendendo a fazer. Sobretudo é impróprio aplicar a este material infantil os juízos derivados de uma norma adulta concebida como universal, implacável, absoluta, o que levaria a analisar os produtos infantis buscando categorizar e contar os seus “erros”.

Historicamente falando, temos vivido tempos de repensar os paradoxos que norteiam a teoria, buscando a reflexão acerca da prática de métodos que nos trouxeram formas diversificadas no trabalho com a leitura e o letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por primar pelos processos de alfabetização na idade certa. Diante de tal contexto, a psicogênese da escrita de Emília Ferreiro e as contribuições das ciências linguísticas amparam o presente estudo.

Para auxiliar os profissionais da educação na busca constante pelo aprimoramento do saber direcionado ao ensino e aprendizagem da leitura, políticas

públicas surgem e se aprimoram a cada dia, a exemplo do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que ajudou a repensar e a planejar a prática docente, no sentido da adoção de meios e técnicas capazes de aperfeiçoar o ensino, rumo à excelência na aquisição da leitura por parte do educando (MURTA, 2004, p. 21).

[...] um conjunto de intenções educativas e um conjunto de diretrizes pedagógicas que se articulem para orientar a organização e o desenvolvimento da sua prática educativa. Referenciais mais amplos - de natureza político-filosófica, epistemológica e didático-pedagógica - definidos conjuntamente, oferecerão as bases para análise da realidade atual da escola e planejamento da intervenção sobre ela.

Portanto, a prática cotidiana de repensar a ação pedagógica e os meios para o seu amadurecimento, frente às necessidades voltadas a esse mesmo fazer pedagógico, é de extrema relevância para a obtenção de êxito no trabalho.

## 5.1 A LEITURA NO COTIDIANO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Apropriando-se da teoria de Emília Ferreiro sobre a psicogênese da escrita, pode-se afirmar que a alfabetização não é um mero processo de aquisição de códigos, mas sim, inicialmente, um processo complexo de elaboração de hipóteses acerca da escrita por apropriação daquilo que se fala. Assim, reforçando a teoria defendida por Vygostsky e Piaget, a aprendizagem se concretiza numa interação constante do indivíduo com o meio em que vive, tornando-se dessa forma um processo recíproco do meio social, fala e grafia. Portanto, a oralidade, a leitura e a escrita são aspectos presentes na aprendizagem, que podem e devem ser desenvolvidos simultaneamente.

Portanto, ao planejar as suas aulas o professor deve ter o cuidado de contemplar os seus alunos com o contato diário com atividades diversificadas, com o propósito de incentivar a leitura, a escrita e suscitar a criatividade, partindo sempre do levantamento de conhecimentos prévios, valorizando o saber construído e a cultura local.

No trabalho diário das salas em aula, na primeira etapa do Ensino Fundamental, a leitura precisa fazer parte das atividades de rotina das crianças, já

que tais ações são essenciais para o desenvolvimento pleno do aluno, durante toda a sua trajetória de estudos.

Após essa primeira etapa do Ensino Fundamental, ao se encontrar inserido nos anos finais dessa fase da aprendizagem, o gosto pela leitura precisa ser aprimorado e incentivado, para assim transcender as paredes da escola e ultrapassar o âmbito da educação formal e fazer parte do dia a dia do indivíduo, enquanto um hábito de estímulo ao lazer, pesquisa e uso das atribuições de cidadão ativo e atuante no contexto social, político e no mundo do trabalho.

## 5.2 A AVALIAÇÃO A SERVIÇO DA AÇÃO PEDAGÓGICA NA PRIMEIRA FASE DO ENSINO FUNDAMENTAL

Para Roegiers (2004, p. 23), “a atividade de avaliação tem como função essencial possibilitar à criança mobilizar várias aquisições, pois visam integrar tais aquisições em um todo maior”. Segundo Albuquerque e Cruz (2012, p. 16) exorta sobre avaliação:

O ato de avaliar deveria ser um momento capaz de revelar os conhecimentos construídos pelas crianças e o que elas ainda precisam elaborar, bem como as suas possibilidades de avanço e suas necessidades para que a situação “transitória” de “não ter construído ainda” possa ser superada, sem prejuízo para com o seu processo de escolaridade.

E ainda tendo como objetivo a formação integral dos nossos educandos, a avaliação nos anos iniciais do Ensino Fundamental deve acontecer de maneira sistemática e contínua, norteando todo o processo de aquisição da leitura e do letramento, de forma diagnóstica, ao buscar promover ações no fornecimento do suporte para o planejamento de atividades desafiadoras que priorizem a evolução do aluno, em seu processo de construção do conhecimento.

## 6 A LEITURA NOS CICLOS DE EJA - QUANDO OS DIREITOS SÃO NEGADOS NA IDADE PRÓPRIA

Documentos importantes como a nossa atual constituição versam pelos direitos de igualdade, em seus princípios fundamentais, e pelo acesso à educação, em seu artigo 205. Consideramos, ainda, o relatório realizado pela Unesco “Educação um Tesouro a Descobrir” (UNESCO, 1996), da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Percebe-se que na construção da história da educação no Brasil, visa-se à garantia de acesso a todos. Muitas indagações surgiram, inclusive nos campos de garantias de direitos à educação, por aqueles que tiveram esse direito negado na idade própria. Portanto, em busca de sanar tais necessidades e após vários embates a nível internacional, surge a Educação de Jovens e Adultos, que a princípio foi regida pelos PCNs do Ensino Fundamental e posteriormente ganhou os seus próprios Parâmetros Curriculares. Através do Parecer 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000, buscou-se sistematizar a educação de jovens e adultos em nosso país (BRASIL, 2000, p. 2).

Ao mesmo tempo, muitas dúvidas assolavam os muitos interessados no assunto. Os sistemas, por exemplo, que sempre se houberam com o antigo ensino supletivo, passaram a solicitar esclarecimentos específicos junto ao Conselho Nacional de Educação. Do mesmo modo, associações, organizações e entidades o fizeram. Fazendo jus ao disposto no art. 90 da LDB, a CEB, dando respostas caso a caso, amadureceu uma compreensão que isto não era suficiente. Era preciso uma apreciação de maior fôlego. O presente parecer se ocupa das **diretrizes da EJA** cuja especificidade se compõe com os pareceres supra citados.

O sistema de ensino adotou funções reparadoras, equalizadoras e qualificadoras para apoiar o trabalho com a EJA, no âmbito federal, estadual e municipal, onde tais funções tratam respectivamente de reparar os direitos outrora negados, equalizar os aspectos educacionais, tornando a vida social mais igualitária e qualificar o jovem e o adulto para a vida social e o mundo do trabalho.

Portanto, sabendo que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade do Ensino Fundamental, que tem suas próprias diretrizes e seu próprio perfil, é necessário que o professor da EJA estabeleça a gradativa e constante intimidade

com as leis que regem tal modalidade, no sentido de tornar essencial o embasamento e fortalecimento da sua prática cotidiana.

## 6.1 O FAZER PEDAGÓGICO NOS COTIDIANOS DAS SALAS DE AULA DE EJA

Com base nos quatro pilares fundamentais do conhecimento do indivíduo ao longo da vida na educação (WERTHEIN; CUNHA, 2000), que é o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, percebemos que a educação tem uma ampla tarefa a ser cumprida, pois a proposta principal é a de formar pessoas para a vida.

Nessa óptica, a tarefa do professor de Educação de Jovens e Adultos é um pouco maior, já que diante da realidade vivenciada no seio da sociedade, o papel da EJA é suscitar em seus alunos novo fôlego e novo olhar frente à sociedade da qual faz parte. Suscitar um olhar crítico e participativo, torna-os conscientes do seu papel ativo e importante nessa mesma sociedade (BRASIL, 1988b, p. 10).

A educação, como uma chave indispensável para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea, vai se impondo cada vez mais nestes tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos. Ela possibilita ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extraescolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado.

Portanto, o fazer pedagógico consciente e planejado é extremamente preciso para que se estabeleçam elos entre os saberes necessários aos nossos alunos e a sua prática social diária.

Sabendo da importância da metodologia utilizada pelo professor em seu trabalho cotidiano, e que tal aspecto representa um fator primordial para o direcionamento das ações desenvolvidas durante o ano letivo, constato que cabe ao professor identificar e suprir as necessidades de aprendizagem dos seus alunos surgidas durante o desenvolvimento do trabalho e adequar a sua proposta de ação à realidade vivenciada.

## 6.2 A PRÁTICA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade do Ensino Fundamental, que tende a assegurar o direito à educação daqueles que tiveram tal direito social negado na idade cronológica própria. Consideramos relevante o pacto social existente entre os Estados, que, conforme o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PACTO..., 1992, art. 6, inc. 2), tem como objetivo:

Assegurar o pleno exercício do direito à educação primária que deverá ser obrigatória e acessível gratuitamente a todos; à educação secundária em suas diferentes formas, inclusive a educação secundária técnica e profissional, que deverá ser generalizada e tornar-se acessível a todos, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito;

No mesmo documento são elencadas outras orientações (PACTO..., 1992, art. 13, inc. 2, § 4):

(...); dever-se-á fomentar e intensificar na medida do possível, a educação de base para aquelas pessoas que não receberam educação primária ou não concluíram o ciclo completo da educação primária.

Focamos a EJA como uma oportunidade que a sociedade se dá de reparar e equalizar a desigualdade por ela mesma gerada. Diante dos aspectos de tal modalidade de ensino com suas funções reparadora, equalizadora e qualificadora, segundo a CONFITEA (1997, p. 19):

A educação de adultos engloba todo processo de aprendizagem, formal ou informal, em que pessoas consideradas adultas pela sociedade desenvolvem suas capacidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, ou as redirecionam, para atender suas necessidades e as de sua sociedade.

Portanto, as aulas desenvolvidas para os alunos da Educação de Jovens e Adultos deverão favorecer a leitura mediante os aspectos do diálogo, da contextualização, dos saberes cotidianos, da historicidade e da atuação e participação social. Desta forma, estaremos colaborando para a valorização dos

alunos da EJA e garantindo uma educação de qualidade àqueles que tiveram seus direitos sociais outrora negados.

Em consonância com o que assegura a lei vigente em nossa atual Constituição (BRASIL, 1988a, art. 208):

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;

É necessário que em salas de EJA os profissionais da educação procurem assegurar uma educação de qualidade, voltada aos interesses dos alunos e pautada em ações disseminadoras da prática da atuação e participação social, ao proporcionar momentos de partilha e construção de conhecimentos, associados ao desenvolvimento da leitura e do censo crítico coletivo e individual. De acordo com a Declaração de Hamburgo sobre a EJA (CONFINTEA, 1997, p. 19):

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça.

Portanto, é correto garantir aulas diferenciadas e contextualizadas, que se procure associar os interesses dos alunos, os fatos sociais à leitura e aos aspectos de equalização que a própria educação de jovens e adultos possui. Pois, somente assim iremos colaborar para a formação de cidadãos críticos e participativos, rumo à transformação da sociedade tão sonhada e citada por Paulo Freire.

### 6.3 A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DOS JOVENS E ADULTOS

Paulo Freire (1996, [s.p.]) diz que

estar comprometido com os resultados de sua prática e visar a melhoria da qualidade de vida dos educandos, é ser ético, é ser crítico, é ser capaz de aceitar o novo, de repudiar qualquer forma de

discriminação, de estar livre de qualquer preconceito [...] assumir-se como ser pensante, histórico, social, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de reconhecer o outro, capaz de ter raiva e principalmente ser capaz de amar.

Portanto, a avaliação nos contextos da Educação dos Jovens e Adultos deve ser realizada de forma diagnóstica, equalizadora, sistemática e contínua. Deve-se priorizar os aspectos que promovam a socialização, o debate e a participação nas atividades coletivas, individuais, orais e escritas.

A autoavaliação também se configura em um processo importante a ser observado nos processos avaliativos para a educação do jovem e do adulto, pois, desde que realizada de forma consciente, torna o aluno parte importante nesse processo de construção e reflexão da prática educativa.

É válido ressaltar que a LDB nº 9394/96 aponta a avaliação como um processo contínuo, sistemático e cumulativo. Portanto, enxerga a avaliação enquanto um processo importante nas relações de ensino e aprendizagem, pois é através dela que o professor tem a oportunidade de diagnosticar as principais dificuldades e escolher os melhores caminhos a seguir, rumo ao alcance dos seus objetivos inicialmente propostos.

Neste sentido Hoffmann (2000, p. 52) ressalta:

O aluno constrói o seu conhecimento na interação com o meio em que vive. Portanto, depende das condições desse meio da vivência de objetos e situações, para ultrapassar determinados estágios de desenvolvimento e ser capaz de estabelecer relações mais complexas e abstratas.

Durante todos os processos avaliativos contemplados na Educação de Jovens e Adultos, o aluno deve ser observado e avaliado de forma sistemática e contínua, mediante a participação e compromisso nas atividades individuais e coletivas. A avaliação deve ser realizada através da evolução do seu senso crítico e amadurecimento do discurso em debates e inferências, durante as aulas em sala de aula.

No trabalho com o público jovem e adulto, a leitura deve ser trabalhada mediante o contexto social em que os alunos se encontram inseridos. Dessa forma, o professor deve repensar as suas ações no sentido de proporcionar momentos de leitura e debates acerca de questões sociais presentes no dia a dia dos alunos, que

favoreçam a reflexão sobre o trabalho, a política e a sociedade. Envolvem educação, saúde, transporte, economia, coleta de lixo e outros temas ligados aos problemas da comunidade onde os alunos estão inseridos. Assim, cabe ao professor a tarefa de planejar e saber o momento certo de trabalhar com cada tema, priorizando sempre a vivência e o interesse do aluno.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado e de todo o material exposto, pode-se constatar que, de fato, a leitura e o letramento se configuram como elementos relevantes para a educação formal e informal no âmbito da aquisição de conhecimentos, vida social, atividades políticas e participação ativa no trabalho. Os aspectos relacionados ao desenvolvimento humano, suas etapas de aquisição do saber, bem como o grau de complexidade no qual se pode organizar as atividades de leitura, realizadas no decorrer da vida estudantil do indivíduo, podem ser considerados no sentido de facilitar a aprendizagem significativa e eficaz, diante de cada fase de aprendizagem humana.

Na primeira infância, ao ingressar no universo da aprendizagem formal, a criança precisa ser inserida num espaço de atividades que prime pelo lúdico e pela valorização do conhecimento construído a partir da vivência dos conteúdos de ensino, com o objetivo primeiro de amadurecer os aspectos voltados ao lado sensorial, à coordenação motora, à aquisição e aprimoramento da linguagem oral, à construção da identidade e à socialização. Nessa etapa, é preciso se trabalhar com músicas, cantigas, poemas, brincadeiras de roda, teatros de fantoches, rodinhas de conversa, teatro de máscaras, dentre outras atividades que estimulem a brincadeira e o faz de conta, para assim garantir o desenvolvimento das habilidades necessárias à criança no ingresso à segunda infância e aos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a aprendizagem necessita de direcionamentos pedagógicos que estimulem a aquisição das habilidades da leitura e da escrita formal, considerando-se que os aspectos motores e cognitivos da criança já se encontram amadurecidos e prontos para o ingresso nessa segunda etapa do seu desenvolvimento. Nesse momento, a criança ainda não é capaz de construir pensamentos abstratos, portanto, as atividades concretas devem anteceder a construção das abstrações e elaboração de conceitos formais. Assim, é interessante se trabalhar com atividades concretas, que proporcionem a aquisição de um conhecimento edificado pelo próprio aluno. Nesse sentido, as brincadeiras antigas como a amarelinha, a adedonha, as rodas de conversa, os momentos de leitura compartilhada, a exposição oral de trabalhos construídos individual e

coletivamente, a construção de textos coletivos, cartazes e outras atividades, irão contemplar o trabalho pedagógico oriundo desta perspectiva.

No trabalho com a Educação de Jovens e Adultos, as atividades de leitura e escrita precisam ser construídas sob a ótica dos interesses sociais e do mundo do trabalho, presentes no cotidiano do público em questão. Entende-se que essa modalidade existe para sanar as desigualdades sociais, geradas pela própria sociedade, ao ter negado o direito à educação na idade cronológica equivalente a cada etapa do desenvolvimento do indivíduo.

Constatou-se também que Políticas Públicas nascem e se renovam a todo o momento no sentido de assegurar a educação, enquanto direito garantido por lei ao exercício pleno da cidadania e da igualdade entre povos, raças e gêneros, a exemplo do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa e da própria EJA, em âmbito federal, estadual e municipal, no auxílio à alfabetização e letramento, cada uma com suas respectivas peculiaridades.

Métodos e técnicas, de diferentes teorias, também existem no auxílio ao aprimoramento das práticas do ensino e da aprendizagem, norteados por vários embates acerca dos referidos processos. Porém, é necessário o aprimoramento da prática didática para se chegar à obtenção do êxito no trabalho em salas de aula.

Na adoção de métodos e técnicas que aperfeiçoem a prática docente, é necessário considerar a etapa educativa na qual o aluno se encontra inserido, a modalidade de ensino e a realidade do público atendido, conhecer as formas de aplicação, evitando assim o amadorismo e promovendo a vivência no preparo das aulas.

Com isso, apontamos a necessidade de se definir com exatidão os métodos adotados e de traçar formações no sentido da sensibilização e do esclarecimento do trabalho a se desenvolver, para que com isso possamos sonhar com resultados positivos.

Também é necessário ressaltar a importância da gestão dos recursos nas três esferas do poder público, existindo nesse aspecto uma má distribuição e utilização da verba destinada aos programas educacionais, traçando-se, assim, um rastro de desperdício e desvio. Tal problemática só seria sanada se existisse um programa de distribuição articulado e realizado paralelamente a um trabalho de fiscalização constante.

A obtenção da excelência no trabalho docente carece de um novo olhar didático frente às possibilidades de experimentação pedagógica. Todo trabalho docente existente, em busca do aperfeiçoamento das aulas no cotidiano das salas de aula de diferentes níveis de ensino, oportuniza ao educando a possibilidade de ser parte integrante nos aspectos voltados às relações recíprocas de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, em seu processo de aquisição do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; CRUZ, Magna do Carmo Silva. **Pacto pela alfabetização na idade certa: progressão escolar e avaliação**. Brasília: MEC, SEB, Diretoria de apoio a Gestão Educacional, 2012.

ANTUNES, Celso. **Novas Maneiras de Ensinar Novas Formas de Aprender**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BAMBERGER, R. **Como incentivar o hábito de leitura**. São Paulo: Ática/Unesco, 2004, 109p. (Série: Educação em ação).

BARBOSA, Antônia Evaristo de Melo. **Tapete de Retalhos**. Trabalho desenvolvido como requisito na disciplina A Infância e suas múltiplas linguagens, na UEPB, João Pessoa, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988a. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.  
Acesso em: 04 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF: Senado, 1988b.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 8. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

\_\_\_\_\_. MEC. **Dinheiro Direto na Escola** - procedimentos operacionais. Brasília: MEC, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos/ Parecer 11/2000**. Brasília: MEC/SEF, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília: MEC, 1993.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação 2001-2011**. Lei nº 10.172/2001. Brasília: Congresso Nacional, 2001.

\_\_\_\_\_. **Planejamento Político-estratégico**. 1995/1998. Brasília: MEC, 1995a.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades do ano de 1995**. Brasília: MEC, 1995b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. Conferência nacional de educação para todos. **Anais SEF**. Brasília: MEC, 1994.

**COLETÂNEA DE TEXTOS DIDÁTICOS**. Curso de Pedagogia. **Conteúdo e Metodologia da Alfabetização**. João Pessoa: UEPB/CAPES, 2013.

\_\_\_\_\_. **Política e Gestão Escolar**. João Pessoa: UEPB/CAPES, [s.d.].

CONFINTEA. Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. **Declaração de Hamburgo**: agenda para o futuro. Hamburgo: Unesco, 1997.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FARIA, Anália Rodrigues de. **O desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1996.

FERREIRO, Emília; PALACIO, Margarita Gomes (Coord.). **Os Processos de Leitura e Escrita**: novas perspectivas. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1987.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre alfabetização. As Concepções sobre as línguas subjacentes à prática docente. In: **COLETÂNEA DE TEXTOS DIDÁTICOS**. Curso de Pedagogia. João Pessoa: PARFOR/UEPB/CIPE, 2013. p.13-20.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GALVÃO, A. M.; DI PIERRO, M. C. **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora**. Uma Prática da Construção da Pré-escola a Universidade. 17. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

IVIC, Ivan; Semionovich, Lev; COELHO, Edgar Pereira (Org.). Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Brinquedos e Brincadeiras na Educação Infantil. In: I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO - Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010, FE-USP. **Anais...** Belo Horizonte: USP, 2010.

KUHLMANN Jr., M. **Infância e educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática Geral**. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. Tendências Pedagógicas na Prática Escolar. In: \_\_\_\_\_. **A Democratização da Escola Pública**: A Pedagogia Crítico-social dos Conteúdos. São Paulo: Loyola, 1986.

LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Aprendizagem da Profissão Docente**. Brasília: Liber Livro, 2012. (Coleção Formar).

MURTA, Marinez. O Projeto Pedagógico da escola e o currículo como instrumento de sua concretização. **Revista Educação e Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 21-28, jan./jun. 2004.

PACTO Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Resolução n. 2.200-A da XXI Assembleia Geral da ONU de 16.12.66, ratificada pelo Brasil em 24.01.92. Brasília, 1992. Disponível em: <<http://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%00Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2015.

ROEGIERS, Xavier. **Uma pedagogia da integração**. Tradução de Carolina Huang. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANDRONI, L. C.; MACHADO, L. R. **A criança e o livro** - guia prático de estímulo à leitura. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987, 144p. (Série: Educação em ação).

\_\_\_\_\_. **A criança e o livro**. São Paulo: Ática, 1991.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 1998.

TV ESCOLA. **Guia de Programas** (1996-1998). Brasília: FUNDESCOLA, [s.d.].

UNESCO. **Conferência Internacional para a Educação de Adultos**. Marco de Belém, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

UNESCO/UNICEF/PNUD/FNUAP - **Informe Subregional de América Latina**: Evaluación de Educación para Todos. Santiago do Chile: UNESCO, 1999.

UNESCO. **Educação um Tesouro a Descobrir**. 1996. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio do. **Fundamentos da nova educação**. Brasília: UNESCO, 2000. 84p. (Cadernos UNESCO. Série educação; 5). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129766por.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

**APÊNDICE A – Registro digital da prática pedagógica e estágio supervisionado**

Fotos 1 a 6 - Vivência do Estágio Supervisionado em Gestão Escolar na  
EMEF Jaime Lacet



Fonte: Acervo pessoal, 2013

Fotos 7 a 12 - Culminância do Estágio em Educação Infantil na  
EMEF Jaime Lacet



Fonte: Acervo pessoal, 2014

Fotos 13 a 18 - Atividades desenvolvidas durante Projeto de Leitura na EMEF Governador Flávio Ribeiro



Fonte: Acervo pessoal, 2012.

Fotos 19 a 24 - Atividades desenvolvidas no Estágio de Ensino Fundamental I  
(Modalidade de Educação de Jovens e Adultos)



Fonte: Acervo pessoal, 2014.